

**PERSPECTIVAS, VALORIZAÇÃO E AS ÚLTIMAS
(RE) ORGANIZAÇÕES NA CARREIRA DOS
TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS
UNIVERSIDADES ESTADUAIS**

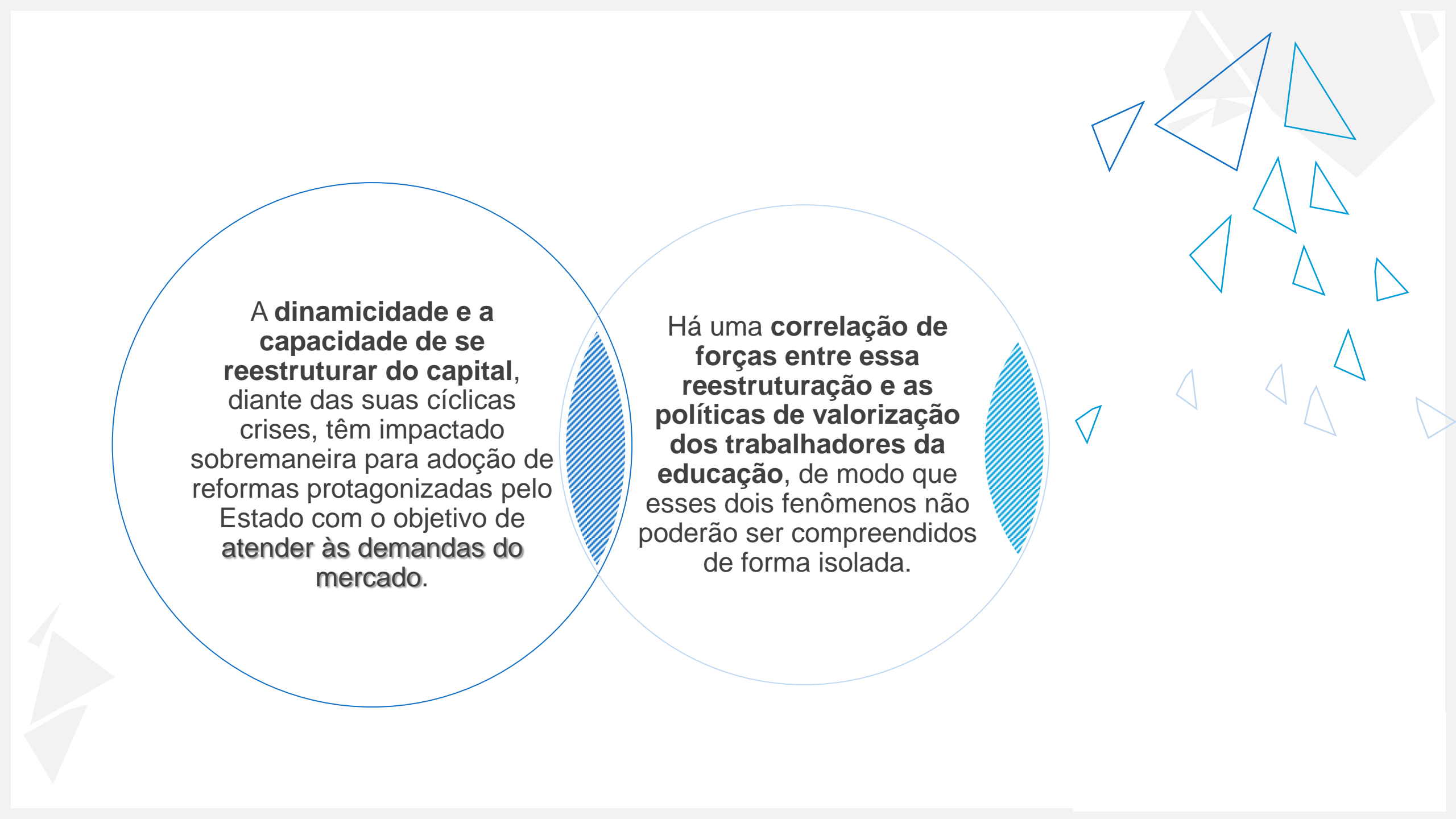


**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO


Dimensões definidas no eixo VII do Documento Final da **CONAE** de 2018 e no **PNE (2014-2024)**

- ✓ Formação
- ✓ Carreira
- ✓ Patamares de remuneração
- ✓ Condições de trabalho e saúde

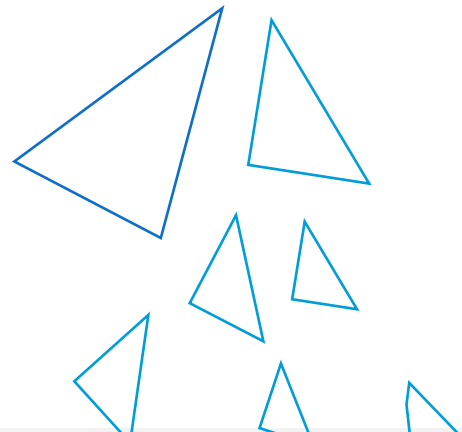


A dinamicidade e a capacidade de se reestruturar do capital, diante das suas cíclicas crises, têm impactado sobremaneira para adoção de reformas protagonizadas pelo Estado com o objetivo de **atender às demandas do mercado.**


Há uma **correlação de forças** entre essa **reestruturação** e as **políticas de valorização dos trabalhadores da educação**, de modo que esses dois fenômenos não poderão ser compreendidos de forma isolada.




A administração pública gerencial ou Nova Gestão Pública (*New Public Management*) busca ancorar a gestão da administração pública em valores como **eficiência, eficácia e competitividade**, os quais foram sendo incorporados às legislações mediante reformas.




**A retórica da modernização do Estado vem
sendo constantemente utilizada como
justificativa para a adoção de princípios
gerenciais.**



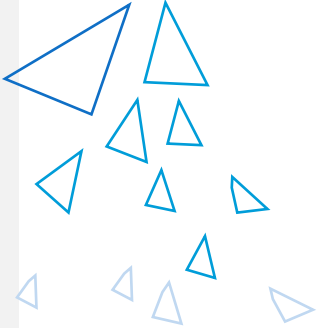



As reformas empreendidas a partir da década de 1990 têm forte apelo à incorporação de parâmetros de avaliação que são próprios da iniciativa privada.


Propõem a gestão por resultados, o estímulo à produtividade, a recompensa baseada no alcance e no acompanhamento de metas.

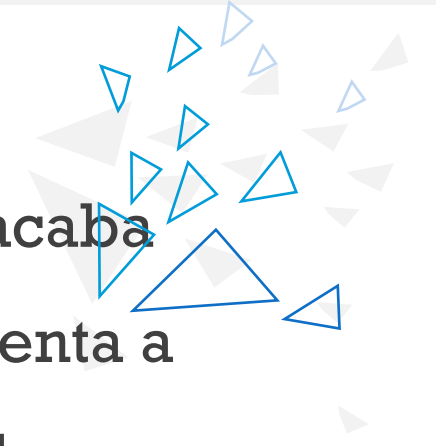


Essa progressiva absorção da lógica gerencial nas políticas de valorização contribuem para a desvalorização dos servidores por promoverem a competitividade e a imposição da primazia do individualismo, as quais estimulam a **intensificação do trabalho** e, em última instância, **favorecem à precarização**.



- 
- ✓ Lei 5.835/1990 - Estabeleceu plano de cargos e salários específico para as Instituições Ensino Superior da Bahia;
 - ✓ Lei nº 6.074/1991 - Modificou a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual com o propósito de introduzir princípios do gerencialismo na administração pública da Bahia;
 - ✓ Lei 11.375/2009 - Promoveu uma reestruturação das carreiras de Analista Universitário e Técnico Universitário;
 - ✓ Decreto nº 13.341/2011 - Regulamentou os procedimentos gerais da Avaliação de Desempenho Funcional (ADF).

- 
- A ADF (Decreto nº 13.341/ 2011), na dimensão comportamental propõe como metas, entre outras coisas
 - **adaptação a novos contextos** (indicador 4);
 - **maximização dos resultados** (indicador 5);
 - **busca constante pelo aprimoramento profissional** (indicador 10);
 - **execução de atividades que não estejam sob a responsabilidade do servidor** (indicador 13).
 - São exigências que, considerando a conjuntura atual, para serem cumpridas demandam um esforço individual, quando o ideal seria o Estado possibilitar as devidas condições para o seu cumprimento.
 - A gestão por resultados pode contribuir para o acúmulo de atribuições, por conseguinte, para o processo de intensificação do trabalho dos servidores.
 - Pesquisas desenvolvidas sobre outras categorias de trabalhadores, como os docentes, apontam uma forte relação entre a intensificação e a precarização do trabalho com implicações para a saúde mental e física desses trabalhadores.



Forma de avaliação engessada e pouco abrangente, a qual acaba por frustrar a capacidade criativa do trabalho, dado que fomenta a coerção, a competitividade e a perda da subjetividade do trabalhador.

Verifica-se a necessidade de se pensar um modelo de avaliação, que mesmo tendo como foco resultados, seja definido de modo participativo, não arbitrário, que considere as especificidades do ambiente de trabalho, ou mesmo da função exercida pelo servidor.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- **Indispensabilidade de não sobrepor as pautas de grupos específicos** à defesa de uma consciência classista para construção de um movimento unificado de defesa do direito à cidadania plena e do trabalho enquanto direito absoluto capaz de assegurar aos indivíduos a dignidade.
- Estabelecer **um debate mais amplo acerca das especificidades das políticas** na dimensão da formação continuada, da carreira, dos patamares remuneratórios e das urgentes melhorias para as condições de trabalho e saúde.
 - **Formular pautas** de reivindicação de modo mais sistematizado.
- Reconhecer que **a valorização deve perpassar uma política de Estado** e não apenas por ações localizadas de cada universidade ou grupo político.



Obrigada!

Emanuelle Araújo Martins Barros 

emanuelleletras@yahoo.com.br 

Os Operários, 1933, Tarsila do Amaral